

12 jun 2008 / 15:46

## "Prova de ingresso" na carreira docente: Governo quer ocultar o desemprego de milhares de professores

Em conferência de imprensa realizada ao fim da manhã de 18 de Junho (quarta-feira), em Lisboa, a FENPROF sublinhou que a sujeição de milhares de docentes à "prova de avaliação de conhecimentos e competências" (Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de Janeiro e artigos 2º e 22º do ECD) mais não visa do que, através de um procedimento artificial, diminuir o número dos que o ME reconhece como professores, ocultando o altíssimo desemprego que atinge este grupo profissional (actualmente cerca de 35 000). Desta forma, como observou Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF, com a "manipulação" dos números do desemprego, o Governo reduziria a pressão política e social que este problema provoca. O encontro com os jornalistas decorreu no auditório do SPGL/FENPROF, na Fialho de Almeida, num intervalo da reunião com elementos das comissões de docentes contratados e desempregados dos Sindicatos da FENPROF. Na parte da tarde, dividiram-se em grupos e deslocaram-se ao Ministério da Educação, na 5 de Outubro, e à Assembleia da República (encontros com os Grupos Parlamentares), para apresentarem uma Carta (que já recolheu cerca de 6 300 assinaturas) em que se pede a revogação imediata da legislação que institui a referida Prova de Ingresso.

"Falamos de milhares de jovens que completaram com êxito cursos do ensino superior, a esmagadora maioria em áreas dedicadas precisamente à formação inicial de professores e educadores. Candidataram-se e matricularam-se nesses cursos porque são reconhecidos e certificados como cursos de formação para a docência. São jovens (e suas famílias) que investiram esforço pessoal e meios na frequência de cursos que os preparavam para serem professores ou educadores", refere a declaração divulgada aos jornalistas, que acrescenta:

"Tiveram êxito nas provas exigidas, demonstrando que estavam à altura do oficialmente requerido para o exercício da profissão, o que incluiu, até, a realização de estágio pedagógico. São detentores de qualificações profissionais, de acordo com o que é determinado pela própria Lei de Bases do Sistema Educativo. Milhares destes docentes já têm até serviço prestado como professores e correm agora o risco de serem apanhados na armadilha que o Ministério da Educação (ME) concebeu."

Se um dia conseguirem ingressar na carreira, apesar de todas as barreiras que estão criadas, serão sujeitos a um período probatório de duração mínima de um ano escolar que, segundo o próprio ME, "*destina-se a verificar a capacidade de adequação do docente ao perfil de desempenho profissional exigível*" (Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro).

### AS JUSTIFICAÇÕES DO ME

Nas justificações que o ME avança para explicar a imposição da sua "prova de ingresso", avulta a ideia de que criaria, assim, um dispositivo para "assegurar que o exercício efectivo de funções docentes fica reservado a quem possui todos os requisitos necessários a um desempenho profissional especializado e de grande qualidade" (Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de Janeiro).

O esforço justificativo do ME pressupõe uma desconfiança indistigável no trabalho das instituições de ensino superior que fazem formação inicial de professores. Mas, ao invés de pretender actuar a este nível, com a "prova de ingresso" o ME força um novo constrangimento no acesso à profissão para quem já está profissionalmente habilitado para a exercer e, na prática, impõe um novo requisito habilitacional, à revelia da Lei de Bases do Sistema Educativo.

São de prever efeitos negativos que a "prova" acabará por ter na própria formação inicial de professores. A sua existência será, em muitos casos, um factor de condicionamento e afunilamento da formação. Face à reconhecida complexidade do exercício da profissão, são também muito discutíveis os atributos que uma "prova" desta natureza possa ter para seleccionar, como o ME pretende convencer, os melhores professores.

### OCULTAÇÃO ESTATÍSTICA

Mesmo tendo em conta as condições de dispensa de realização da "prova de ingresso" que o ME definiu, estimamos que, para poderem concorrer ao ingresso na carreira, algumas dezenas de milhar de professores tenham de se sujeitar aos imponderáveis e condicionantes das duas ou três componentes possíveis da prova. **A obtenção de classificação inferior a 14 (numa escala de 20!), em qualquer uma das componentes, está definida, desde logo, como um impedimento ao ingresso na carreira.** As provas são realizadas em chamada única, pelo que até um qualquer imprevisto poderá eliminar a legítima pretensão de se ser professor? E, neste quadro, é grotesca, ainda, a intenção do ME em financiar o seu "dispositivo" com pagamentos exigidos aos que, sendo profissionalmente qualificados, podem vir a ser afastados da profissão.

**A FENPROF denuncia, uma vez mais, que a sujeição de milhares de docentes a esta "prova de avaliação de conhecimentos e competências" mais não visa do que, através de um procedimento artificial, diminuir o número dos que o ME reconhece como professores, ocultando o altíssimo desemprego que atinge este grupo profissional. Desta forma, com uma "manipulação" dos números do desemprego, reduziria a pressão política e social que este problema provoca.**

Num País em que o insucesso e o abandono escolares persistem e em que, por exemplo, as baixas qualificações continuam a ser

um gravíssimo problema, existem cerca de trinta e cinco mil docentes no desemprego ou que têm de recorrer a outras ocupações em que as suas qualificações profissionais acabam por ser desperdiçadas. É um enorme problema que se arrasta e se agrava com as medidas tomadas pelo actual governo que quer, agora, introduzir um "dispositivo" de ocultação da sua verdadeira dimensão.

### **INSTABILIDADE E PRECARIIDADE CARACTERIZAM PROFISSÃO**

Esta "prova de ingresso" agiganta-se entre as profundas preocupações que assolam os jovens professores e educadores, pelo seu carácter radicalmente castrador de expectativas de futuro. É, para milhares deles, uma das preocupações maiores, mas nem sequer a única que marca o quadro de insuportável precariedade em que se movem.

Para além do enorme **desemprego**, ameaça constante para tantos professores e educadores, o actual Governo não tem parado de acrescentar factores de instabilidade que negam, por completo, projectos de vida a tantos jovens. É assim que permanece sem resposta a exigência de um horizonte de vinculação para quem vai somando, uns atrás de outros, anos de serviço sem perspectiva de estabilidade. Ao invés, o Governo vai criando formas de contratação cada vez mais precárias, sujeitando a elas, de forma generalizada, os professores e educadores. Assim, têm sido promovidos, para largos milhares de docentes, contratos de prestação de serviços ilegais - os falsos "recibos verdes". E o ataque prossegue com os contratos administrativos de serviço docente a dar lugar aos contratos individuais de trabalho? Nas mãos do governo, triunfa a instabilidade e a precariedade.

Muito preocupante é, ainda, o facto de existirem estudos (Universidade de Aveiro) que evidenciam que a situação que hoje o ME considera de excesso de professores se inverterá, num futuro não muito distante, para uma situação de carência de recursos docentes. Com medidas penalizadoras como a da "prova de ingresso", o Governo mais não faz do que antecipar o cenário, comprometendo o futuro do País. E, no presente, nega também o futuro dos jovens professores e educadores.

### **FENPROF EXIGE A REVOGAÇÃO DA "PROVA"**

A consciência desta situação leva a FENPROF a insistir na necessidade de revogação imediata do Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de Janeiro, bem como na alteração da redacção dos artigos 2º e 22º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, que lhe deram origem. Esta é também a exigência de milhares de professores e educadores de infância dos quais seis mil subscreveram a "*Carta Contra a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências*", maioritariamente visados pela citada prova. É feita também em uníssono com os mais de cem mil professores e educadores portugueses que, no dia 8 de Março, na Marcha da Indignação, exigiram a renegociação do ECD também com este propósito, conclui a Federação.